

EDITAL N. 95/2016/PGJ**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO****ORIENTAÇÕES GERAIS**

- 1 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
- 2 É vedado o uso de telefone celular, relógio ou qualquer dispositivo eletrônico, sob pena de desclassificação.
- 3 Preencher os dados solicitados nos campos indicados ao nome, número de CPF, e assinatura no cartão-resposta.
- 4 Verifique se há falha na impressão do cartão-resposta ou na prova. A prova contém 60 (sessenta) questões.
- 5 Não identificar o caderno de provas ou rascunho (nome e número de CPF).
- 6 Na execução das provas, só será permitida a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta, inclusive a textos legais, sob pena de eliminação do candidato.
- 8 É expressamente proibido qualquer comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
- 9 O candidato não deverá amassar, anotar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, caso contrário as respostas não serão lidas.
- 10 Não será permitida a substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
- 11 Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta.
- 12 Ao término da prova, entregue aos fiscais o “caderno de prova” e o “cartão-resposta”. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
- 13 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
- 14 Somente será permitido que o candidato retire-se da sala após 1 (uma) hora do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.
- 15 A duração da prova será de 3 (três) horas.
- 16 **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

EDITAL N. 95/2016/PGJ**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

De acordo com o comando inerente a cada assertiva, deverá o candidato julgá-la VERDADEIRA ou FALSA, transcrevendo sua resposta para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção da prova.

Na Folha de Respostas, haverá, para cada assertiva, dois campos de marcação: o campo designado com o código V, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva VERDADEIRA, e o campo designado com o código F, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva FALSA.

Para obter pontuação em cada assertiva, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da Folha de Respostas.

Caso não haja marcação ou haja marcação dupla (V e F), será atribuída pontuação 0,00 (zero) para a assertiva.

Direito Constitucional

1 - A República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

2 - São invioláveis a intimidade, a vida pública e privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

3 - O direito fundamental da inviolabilidade de domicílio tem como titular tanto a pessoa física do brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil, como as pessoas jurídicas, porque as garantias fundamentais estendem-se também a estas.

4 - O direito de petição de que cuida o art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, constitui direito político e impessoal, que pode ser exercido por qualquer pessoa, para que possa reclamar junto aos poderes públicos na defesa de direitos contra ilegalidades ou abuso de poder.

5 - As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações declaratórias de constitucionalidade e nas ações de descumprimento de preceito fundamental produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante,

relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

6 - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade, a autonomia administrativa e a independência funcional.

7- Constitui função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública e a investigação criminal, na forma da lei.

8 - Aos Estados incumbe organizar sua justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal. A competência dos tribunais estaduais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

9 - Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Direito Penal

10 - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem, entre outras hipóteses trazidas pelo Código Penal tem, por lei, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

11 - Configura-se o crime consumado, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia;

12 - No direito brasileiro, os atos preparatórios não são puníveis em nenhuma circunstância, nem mesmo como tipo penal autônomo;

13 - O crime de concussão é material, não bastando, portanto, para sua consumação, a mera exigência de vantagem indevida para si ou para outrem, direta ou indiretamente;

14 - Há excludente de ilicitude em casos de estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito;

15 - Segundo o Código Penal as condições de caráter pessoal do autor estendem-se a todos os concorrentes da prática delitiva;

16 - No crime preterdoloso o agente quer um minus e ocorre um majus, de modo que há uma conjugação de dolo (no antecedente) e culpa (no subsequente);

17 - O emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia e/ou tortura são recursos que dificultam a defesa da vítima e, portanto, caracterizam causa de especial aumento de pena no crime de homicídio;

18 - Configura-se o crime de lesão corporal de natureza grave se a ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem resultam em incapacidade da vítima para as ocupações habituais por mais de trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; ou aceleração de parto;

19 - Geraldo, mediante grave ameaça, subtraiu uma máquina fotográfica de Antonieta, avaliada em R\$ 3.000,00 (três mil reais), mantendo-a em seu poder, restringindo sua liberdade por duas horas, com o propósito de garantir o êxito da empreitada criminosa. Geraldo praticou roubo e sequestro, em concurso formal;

Direito Processual Penal

20 - Anulado o primeiro júri por decisão manifestamente contrária à prova dos autos, em razão do provimento da apelação interposta pelo Ministério Público da decisão absolutória, sobrevindo uma condenação no novo julgamento, a norma processual penal permite que o réu recorra com idêntico fundamento, haja visto o princípio da ampla defesa.

21 - O prazo para interpor recurso de apelação quando o acusado reside em outra comarca e é intimado por carta precatória tem início quando esta é juntada aos autos.

22 - A queixa-crime, na ação penal privada subsidiária, necessita dos poderes especiais de que trata o art. 44 do CPP.

23 - Cabe mandado de segurança da decisão que indefere pedido de assistência à acusação.

24 - Os embargos de declaração podem ter efeito infringente, nos casos de omissão e de contradição.

25 - Não mais existindo os motivos que determinaram o desaforamento de julgamento pelo Tribunal do Júri, poderá ser o mesmo reaforado.

26 - O acusado absolvido pode ter interesse em apelar.

27 - Se o recorrente requerer, as razões do recurso em sentido estrito serão apresentados diretamente no Tribunal de Justiça.

28 - É cabível interposição de embargos infringentes e de nulidade de acórdão condenatório, por maioria, proferido em julgamento de Prefeito no Tribunal de Justiça, em ação penal originária.

29 - Não cabe revisão criminal para os casos em que lei posterior favoreça o condenado.

Direito Processual Civil

30 - O Juiz poderá proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida em todas as hipóteses de tutela de evidência.

31 - O Juiz poderá reputar ineficaz, de ofício, até a prolação da sentença, a cláusula de eleição de foro que considerar abusiva, determinando a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

32 - A incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção, enquanto a absoluta será alegada como questão preliminar de contestação.

33 - Se o processo versar sobre direitos que admitam autocomposição, as partes plenamente capazes poderão estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.

34 - A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não foi interposto o respectivo recurso, podendo, todavia, qualquer das partes demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.

35 - Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará improcedente o pedido que contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos e, também, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

36 - Da sentença cabe apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, dirigida ao juízo de primeira instância, e esta, depois de regularmente processada, será encaminhada ao tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade.

37 - O Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal negará seguimento a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos, e contra essa decisão caberá agravo interno.

Direito Civil

38 - Quando o Código Civil dispõe que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, o legislador reconhece que a personalidade civil da pessoa começa a partir da concepção.

39 - Será anulável o casamento contraído com infringência aos impedimentos dirimentes.

40 - Não afasta a presunção de paternidade a prova de que o cônjuge varão era impotente para gerar quando o filho foi havido pela cônjuge mulher por inseminação artificial heteróloga, com autorização do marido.

Legislação Extravagante

41 - Conforme dispõe a Lei n. 11.340/2006, são consideradas medidas protetivas de urgência, entre outras, a suspensão da posse ou restrição do uso de armas; o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; a proibição de condutas dentre as quais aproximação e contato com a ofendida e familiares; a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores; bem como prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

42 - Segundo dispõe a Lei n. 7.853/1989, pratica crime o diretor de estabelecimento de ensino que cobra valores adicionais de aluno em razão de sua deficiência;

43 - Nos termos da Lei n. 9.605/1998, a qual dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, para a imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará, entre outros fatores, a situação econômica do infrator, nos casos em que for cominada multa.

44 - Constitui crime contra as relações de consumo, não punível na modalidade culposa, vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial.

45 - O Ministério Público possui legitimidade ativa para propor ação civil pública, devendo, obrigatoriamente, atuar como fiscal da lei caso não intervenha no processo como parte.

46 - Conforme dispõe o Código de Defesa do Consumidor, interesses ou direitos difusos são assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular um grupo de pessoas indeterminadas e ligadas entre si por uma relação jurídica base.

47 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

48 - Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

49 - De acordo com o ECA, o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de aplicação de medida socioeducativa, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 90 dias.

50 - Segundo dispõe o Estatuto do Idoso, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, bastando, para tanto, que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

51 - O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) alterou o Código Civil no que diz respeito à capacidade da pessoa, passando a prever que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil somente os menores de 16 (dezesesseis) anos, bem como os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

LINGUA PORTUGUESA

Todas as questões deverão ser analisadas de acordo com a Norma Padrão Culta.

52 – Com relação à grafia das palavras, co-réu, co-autor e co-denunciado estão corretas.

53 – Com relação à pontuação, a frase “Os denunciados apresentaram suas alegações, por duas vezes, diante do juiz” está correta.

54 - Com relação à grafia das palavras, europeia, voo, joia estão corretas.

55 – Com relação à pontuação, a frase “A vítima embora nervosa e sentindo-se ameaçada, não se recusou a confirmar suas declarações anteriores” está correta.

56 – Com relação à concordância nominal, a frase “Um e outro candidatos faltaram” está correta.

57 – Com relação à regência nominal, a frase “O galpão está sito à Rua João Vieira, 246” está correta.

58 – Com relação à concordância nominal, a frase “O primeiro e segundo volumes do processo ficaram sobre a mesa do gabinete” está correta.

59 – Com relação à concordância verbal, a frase “A vítima afirmou que não fui eu que presenciou o episódio” está correta.

60 – Com relação à regência verbal, a frase “O tio do apelante lembrou-lhe o ocorrido naquele dia” está correta.

**PROGRAMA DE
ESTÁGIO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS**



**PROGRAMA DE
ESTÁGIO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS**

EDITAL N. 95/2016/PGJ

**FOLHA PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO
(única que pode ser destacada e levada)**